O Brasil acordou

Hélio Tollini¹

As perspectivas mundiais sobre a demanda de alimentos indicam que, como quase todo o crescimento populacional ocorrerá em países em desenvolvimento, quase todo o crescimento da demanda por alimentos irá ocorrer nos países em desenvolvimento. O crescimento da agricultura nos países desenvolvidos depende, portanto, da capacidade desses países de manter e ampliar suas participações nos mercados dos países em desenvolvimento.

Isso explica o que se passa nos países que têm grande mercado consumidor e grande potencial de produção, como é o caso do Brasil. Para os países desenvolvidos, a competição de países como o nosso significa risco de perda de terceiros mercados, por que o Brasil pode se auto-abastecer e simultaneamente expandir suas exportações para terceiros mercados.

Essa disputa não é nova. Apenas está tomando formas inaceitáveis, como propor dar dinheiro a produtores nacionais para deixarem de produzir! A disputa vem de muitos anos e ajuda a explicar porque, nas negociações comerciais internacionais, a agricultura só foi contemplada com um acordo de regras comerciais na Rodada Uruguai, décadas após o início dessas negociações. O Acordo sobre Agricultura é complexo, requerendo referências cruzadas com outros acordos da Organização Mundial do Comércio (OMC), é quase impossível de ser usado por um país em desenvolvimento para reclamar de práticas protecionistas usadas por países desenvolvidos. Existe, mas é quase inútil.

Os países desenvolvidos praticam deliberadamente política de proteção e de promoção de suas agriculturas, exigindo ainda a abertura de mercados em outros setores da economia onde são competitivos. A história do Acordo Multifibras é uma das mais esclarecedoras sobre a intenção de países desenvolvidos em proteger seus mercados contra importações oriundas de países em desenvolvimento. É um exemplo típico de violação dos princípios básicos de nação mais favorecida e de tratamento nacional da OMC. Felizmente, o Acordo Multifibras termina ao final deste ano de 2004. Para a indústria têxtil brasileira isso é fonte de oportunidades e de incertezas. Como podemos exportar mais, podemos importar mais.

A grande notícia a comemorar é que o Brasil, antes um exemplo de quase inocência agrícola e de assimilador acomodado de prejuízos e danos causados pelos subsídios dos países ricos, passou a ter papel ativo e de liderança nas negociações comerciais internacionais. Mais do que isso, o Brasil passou a dar à agricultura e ao agronegócio, nas negociações, a prioridade que merecem. Os contenciosos do algodão e do açúcar são também exemplos marcantes da nova atitude brasileira.

Todos sabemos que a disputa é desigual e o que ganhamos hoje pode ser retirado amanhã por artifícios comerciais ou de outra natureza. Mas pelo menos o País passou a usar os recursos que estão à sua disposição para negociar a abertura de mercado que queremos. A chamada "globalização assimétrica" a que nossos presidentes têm se referido pode ser feita menos assimétrica se o País tiver coragem de negociar e de dizer não quando seus interesses



¹ (PP-GO). Presidente da Comissão de Agricultura da Câmara e ex-secretário de Agricultura de Goiás (1999-2001).

não são atendidos. Isso é importante mesmo que a perda posterior seja maior. Em algum momento, os países em desenvolvimento têm de indicar que querem mais comércio, menos barreiras e mais simetria nas negociações.

O progresso da agricultura brasileira não requer subsídios como os usados pelos países

industriais. Em primeiro lugar, não há recursos para isso. Segundo, seria agregar distorções ao comércio mundial. Terceiro e principalmente, porque o grande progresso da agricultura no Brasil foi motivado, em parte, pela necessidade de competir com a produção de países que subsidiam e protegem suas agriculturas.

